

# O tempo nos movimentos

**Angela Randolph Paiva**  
**Táisa Sanches**

## Resumo

As escolas interpretativas dos movimentos sociais criaram, ao longo dos anos, categorias que têm no tempo uma chave fundamental, mas ela é especificamente pouco desenvolvida. Este artigo se propõe a explorar como a categoria pode ser utilizada na análise dos movimentos sociais, a partir de uma revisão da bibliografia e da conexão de trabalhos já desenvolvidos acerca de dois movimentos sociais contemporâneos – o Movimento Negro Unificado e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto. A dimensão da temporalidade aparece nas diversas escolas interpretativas e é iluminada a partir dos casos empíricos analisados.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Temporalidades. Subjetividades. Oportunidades. Teoria.

## Introdução

Tradicionalmente, parte das ciências sociais se dedica a explorar como ideias de distintas épocas são determinantes para o assentamento de análises sociais e formas de enfrentar os problemas que se colocam a partir delas. Recentemente, no campo analítico que se dedica aos movimentos sociais, autores – por exemplo, Szwako e Perissinotto (2017) – têm proposto que sejam compreendidos não apenas como mensageiros ideológicos ou como empreendedores políticos, mas como teóricos políticos, ao passo que “[...] são formuladores de diagnósticos e prescrições sobre um mundo visto por eles como *systematically mistaken*” (SZWAKO; PERISSINOTTO, p. 233). Dito de outra forma, eles propõem que os movimentos sociais sejam compreendidos como teóricos políticos, pois suas demandas já trazem em si as reflexões de uma época.



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Neste artigo<sup>1</sup>, partimos da premissa de que tais ideias, teorias e empreendimentos políticos relacionam-se aos tempos em que se desenvolvem e se inscrevem. Procuramos explorar como distintas temporalidades dos movimentos sociais – internas e externas – os levam a formularem suas demandas internamente e as exporem publicamente. A literatura sociológica acerca das transformações sociais sempre tem presente graus de temporalidade: passado e futuro, ultrapassado e *avant garde*, devir, presente. Nas distintas escolas interpretativas dos movimentos sociais não é diferente, e ainda que pareça óbvio, pouco se fala sobre os tempos relativos à formação, consolidação e expansão dos movimentos de forma específica. Nesse artigo, realizamos uma releitura de autores clássicos, apontando as temporalidades por trás das análises, de forma a evidenciar como é fundamental estarmos atentos aos sinais que os movimentos nos oferecem acerca das ideias que circulam cotidianamente entre seus participantes, e que, muitas vezes, não são ouvidas por estarmos atentos demais a compreender as oportunidades políticas favoráveis ou não à difusão dessas ideias.

A partir de uma revisão bibliográfica que dialoga com essa discussão, propomos, então, pensar em dois eixos fundamentais de análise temporal a partir das colocações pautadas acima: o primeiro, relativo ao acionamento das ações coletivas, realizado internamente aos movimentos em um *continuum* de tempo, e o outro referente às oportunidades políticas existentes, determinadas contextualmente. Analiticamente, portanto, serão divididos dois tempos de análise: interno e externo aos movimentos. Uma ampla revisão da literatura acerca dos movimentos sociais possibilitará traçar as distintas formas como são tratadas as temporalidades inerentes a eles, de forma a propor a análise do tempo dos movimentos como chave interpretativa. E, para testar a validade heurística da proposta, dois movimentos sociais serão tomados como exemplos: o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST).

---

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentado no 43º. Encontro da ANPOCS, em 2019. Agradecemos os comentários do debatedor José Szawko e dos demais participantes do GT Movimentos Sociais.

## O tempo na bibliografia acerca de movimentos sociais

A sociologia histórica de Sidney Tarrow (2009) talvez seja o maior exemplo de pesquisa em que a temporalidade relativa aos movimentos tenha sido central. Seu eixo de análise propõe que há uma diferença fundamental entre confrontos políticos e movimentos sociais sustentados – o primeiro precisa atingir densas redes sociais e estruturas conectivas para se transformar no segundo – e procura mostrar que não há algo como o “surgimento” dos movimentos, pois eles estão sempre em *latência*, evidenciando suas demandas em momentos favoráveis de abertura política.

Há um encaixe de tempos no que o autor denomina como momentos favoráveis de abertura política. Isso porque esses momentos são formados tanto pelas oportunidades que possibilitam a formação da estrutura do conflito dos movimentos – ou seja, a definição de opositores – quanto pelo enquadramento estatal referente aos temas relativos à participação social – ou seja, o Estado não é visto apenas como repressor das demandas sociais, mas é peça fundamental no jogo da contestação. Segundo Tarrow (2009, p. 41), há uma luta simbólica entre Estados e movimentos: “[...] a luta entre estados e movimentos ocorre não apenas nas ruas, mas nas disputas pela significação”.

Esse encaixe entre os tempos dos movimentos e dos Estados é fundamental para a manutenção das ações reivindicativas ao longo dos anos e pela própria permanência do movimento. Tarrow (2009) denomina como ciclos de confronto os períodos em que há protestos e tumultos que acabam por influenciar outros grupos que partilham de interesses em comum. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto nos oferecerá um exemplo bastante realista dessa ideia – ações realizadas pelo movimento nos anos posteriores ao impeachment de Dilma Rousseff, tal como a ocupação Povo sem Medo em São Bernardo do Campo, geraram a reativação do confronto por moradia e colocaram em destaque nacional o líder do grupo, Guilherme Boulos, como veremos na próxima parte do artigo. O ciclo não teria sido bem-sucedido, talvez, caso o país não estivesse passando por uma crise representativa de grande proporção e os ocupantes do governo federal não desejassem fomentar a imagem de “desordem” gerada pelas ocupações.

O poder de ativação de confrontos latentes, porém inertes na sociedade, dá aos movimentos um caráter de enunciação. Segundo Tarrow (2009), “[...] os movimentos tentam enunciar reivindicações em termos de quadros de significados compreensíveis para uma sociedade mais ampla; usam formas de ação coletiva extraídas de um repertório existente e desenvolvem tipos de organização que frequentemente imitam as organizações às quais se opõe” (TARROW, 2009, p. 45). Ou seja, os movimentos traduzem, em uma linguagem comum, questões latentes mas não lidas pelas sociedades, ou não problematizadas por grupos específicos. Esse poder dos movimentos dialoga com aquilo que Szwacko e Perissinotto (2017) propõem ao apontarem o caráter teórico das ações coletivas, uma vez que precisam construir frames de ação coletiva que devem ser trazidas para a esfera pública a partir da racionalização do mundo da vida e sua consequente descolonização, como bem pontuou Habermas (1989)<sup>2</sup>.

Os momentos de confronto político, segundo Tarrow (2009, p. 99), estão mais relacionados às oportunidades políticas do que a fatores sociais e econômicos vivenciados pelas pessoas que se envolvem nos movimentos. A latência das ações está relacionada, de certa forma, a uma espera do tempo propício para o confronto – quando se percebe que há um “alto custo da inação”, dá-se o tempo do confronto. O autor propõe que o termo “oportunidades políticas” seja utilizado como caminho de compreensão dos diferentes confrontos de classe levados a cabo na França e nos Estados Unidos nos anos 1930. Para Tarrow (2009, p. 102), os participantes dos movimentos ocorridos aproveitaram as oportunidades políticas “sob condições muito diferentes”, e seu intento é avaliar os fatores que influenciaram esse aproveitamento. O enfoque dado pelo autor, portanto, está relacionado aos contextos políticos e econômicos que podem ser mais ou menos favoráveis ao confronto e a ações sustentadas.

No entanto, quando fala do “alto custo de inação”, Tarrow (2009) dá uma pista acerca da importância de acompanhar os tempos internos aos

---

2 Tal descolonização, segundo Habermas, pode se dar no momento em que o mundo da vida deixa de ser aceito sem discussão, o que pode ser conseguido por novas relações de associação na prática mesmo dos movimentos sociais. Sua discussão sobre a importância da sociedade civil para a atualização do seu conceito de esfera pública ajuda a entender o dinamismo alcançado através das práticas comunicativas (1999).

movimentos. Ainda que o autor defenda que os fatores vivenciados pelas pessoas envolvidas nas ações coletivas sejam menos importantes do que as oportunidades políticas, fica claro, a partir de sua análise, que os movimentos sociais são marcados pelo dinamismo entre as oportunidades políticas e as formas que os integrantes dos movimentos utilizam para aproveitá-las ou até mesmo recriá-las. Há processos internos aos movimentos que precisam ser analisados de forma a extrair o que eles, enquanto teóricos, podem nos dizer sobre os tempos necessários para a criação e o aproveitamento dessas oportunidades. Tarrow (2009, p. 138) utiliza a categoria “interno” ao se referir aos processos dos movimentos:

Os desafiantes precisam enquadrar suas reivindicações de modo a atrair seguidores e construir redes sociais e conectivas que as liguem umas às outras, com uma definição compartilhada de realidade, de “nós” e “eles”, e de objetivos fundamentais através de fases alternadas de oportunidades e restrições. Esses são os principais poderes “internos” através dos quais os movimentos sociais são construídos e mantidos.

Como proposto no início do texto, pensar na categoria tempo parece ser um primeiro passo importante nesse sentido. Seguindo os caminhos apontados até aqui, é possível afirmar que os movimentos sociais são formados por processos históricos, como Alain Touraine (2009) insiste em mostrar quando propõe a categoria historicidade, ou seja, a constante criação e transformação nas relações sociais pelos atores. Ademais dos processos históricos externos aos movimentos, defende-se que os tempos internos, destinados à formação dos movimentos e à definição de pautas e repertórios ao longo do processo de concertação para a ação coletiva, sejam algo que deve ser analisado com atenção.

Os dois movimentos trazidos para análise – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e os movimentos negros – surgem a partir do desenvolvimento de um marco teórico e histórico favorável da década de 1980, quando novos *frames* de ação coletiva passam a nortear a organização de movimentos sociais. Torna-se central a questão da fruição desigual de direitos, vetor de demandas para a redemocratização brasileira. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a partir do exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, trouxe as demandas por justiça

territorial ao espaço urbano, quando os efeitos do rápido processo de urbanização do Brasil passam a ser sentidos nas grandes e médias cidades.

No caso dos movimentos negros, a denúncia da falsa democracia racial e a construção da identidade negra foram fundamentais à articulação por direitos civis e sociais. Isso porque, através da descolonização das crenças alimentadas até então – tais como a cordialidade das relações raciais –, foi possível a construção de novo *frame* de ação coletiva. Nesse sentido, pode-se afirmar que ambos os movimentos foram capazes de ampliar o “sistema de referências”, utilizando os termos propostos por Alberto Melucci (2001), na medida em que evidenciam tanto o aumento das desigualdades sociais nas cidades, onde se imaginava que as oportunidades fariam com que diminuíssem, como também a construção de marcos interpretativos para os movimentos negros que denunciasses o padrão de desigualdades estruturais a que estavam submetidos.

Melucci (2021, p. 21) aponta ainda para o caráter premonitório dos movimentos sociais: “são a mensagem daquilo que está nascendo”. Nesse sentido, distancia-se de uma tradição que observava os movimentos como fenômenos homogêneos dados como resposta a distintas crises políticas existentes, ao passo que considera que conceitos como “Estado” e “sociedade civil”, dentre outros, perdem sentido. O autor considera que os movimentos sociais contêm uma pluralidade de orientações e significados e que, por isso, não devem ser analisados através de sua globalidade, mas sim de forma a distinguir planos e significados das ações coletivas levadas a cabo pelo grupo analisado, sendo necessário buscar entender como impactam conflitos sociais existentes (MELUCCI, 2021); afinal, nota que as ações dos movimentos podem ser temporárias – e há uma pluralidade de significados analíticos que podem ser utilizados. Segundo ele, os atores estão imersos em uma realidade de uso de redes sociais (ele escreveu em 1990 e já falava de níveis informativos e simbólicos mais intensos!), que mostram um novo fator temporal aos movimentos – eles se dão cotidianamente, não mais através de organizações que necessitem encontros físicos e decisões tomadas em assembleias.

A *teoria da ação* proposta pelo autor percebe os movimentos como dinâmicos, e sua análise deve extrair a pluralidade de fatores que produzem

as ações coletivas. Ou seja, o significado do fenômeno varia em função do sistema de relações sociais ao qual a ação faz parte, sendo necessário distinguir “planos e significados”, perceber no *tempo* o que está se formando. Ao propor uma teoria sociológica da produção social dos movimentos, Melucci (2021) aponta para três elementos que devem estar no quadro analítico de quem os procura entender, e que se localizam tanto na dimensão micro quanto macro: a) sua forma de ação (as escolhas de repertórios); b) o contexto social (as oportunidades políticas de Tarrow); e c) os recursos disponíveis. Todos são importantes para um quarto componente, que está no cerne de sua teoria: a construção da identidade coletiva, fruto mesmo da produção social dos movimentos.

Entendendo os movimentos como expressões de conflitos, o autor defende que há componentes simbólicos e relacionais que devem ser abarcados nas análises acerca dos movimentos, propondo que os sistemas político e organizativo sejam levados em conta. Mais uma vez, na análise dos movimentos sociais, mostra-se fundamental uma atenção mais específica aos contextos sociais em que os movimentos se formam, ao tempo que levam para isso. Se são teóricos sociais, como vimos, podem ser entendidos tanto pelas teorias que informam quando propõem as mudanças, quanto como informantes do contexto histórico de sua formação. Para acompanhar o porvir parece ser fundamental estar atento ao ritmo, ao tempo interno dos movimentos.

Nesse sentido, análises mais voltadas às subjetividades dos participantes dos movimentos sociais, tradição consolidada por Alain Touraine, têm como foco a experiência dos atores sociais enquanto militantes e o que nos informam acerca dos movimentos. É o caso, por exemplo, de Francesca Polletta (1998, p. 138), que aponta à importância de estarmos atentos aos “episódios iniciais de ação coletiva” capazes de gerar “[...] identidades de movimento em nome das quais as pessoas estão dispostas a sacrificar seu bem-estar pessoal”. Essas identidades de movimento se relacionam ao tempo de duração de algumas ações. A autora analisa as narrativas – artigos, discursos, cartas – dos estudantes que realizaram *sit-ins* como forma de protesto durante os anos 1960 e argumenta que esses discursos possuem uma “configuração temporal” que os possibilita “integrar eventos passados,

presentes e futuros”, fundamentais para “alinhar identidades coletivas durante os períodos de mudança” (POLLETTA, 1998, p. 139). Ou seja, analisar as ideias correntes à época das ações coletivas possibilita verificar os tempos em que se inscreve a formação da subjetividade necessária para o engajamento nos movimentos, o que não seria possível através da pura observação dos *frames* relativos às demandas dos estudantes.

Complementando a análise de Polletta (1998), pode-se dizer que a categoria *tempo* também foi fundamental para o Movimento dos Direitos Civis americano. Quando os estudantes negros formaram uma organização para protestos de ação direta não violenta (Student Non-violent Coordinating Committee), já havia a forte organização dos pastores negros do Sul (Southern Christian Leadership Conference) sob a liderança de Martin Luther King Jr desde 1957. E quanto ao tempo interno do Movimento, cabe registrar que, em 1957, as demandas da primeira organização de protesto coletivo de 1957 eram para o fim da segregação racial nos transportes coletivos de Montgomery, Alabama; assim, cinco anos mais tarde, estavam lutando pelo fim da segregação racial em todos os estados sulistas que praticavam a segregação, legal, dos espaços públicos, e pelo direito ao voto da população negra<sup>3</sup>. Essa dimensão do tempo não só reforça o que Melucci defende sobre a construção da identidade coletiva, mas também a importância da construção das próprias subjetividades dos atores e da escolha de repertórios.

Kevin McDonald (2004) também busca um enfoque mais subjetivo em sua análise de movimentos sociais. Ele é crítico de teorias que colocam ênfase nas oportunidades políticas, pois considera que colocam os indivíduos como “agentes a serviço do movimento”, privilegiando o caráter civil da identidade dos atores, um fator pouco explicativo da experiência subjetiva de fazer parte dos movimentos contemporâneos. O autor sugere que os movimentos sociais contemporâneos demandam menos resposta estatal e mais reconhecimento de subjetividades. A sociedade contemporânea, segundo a perspectiva de McDonald, encontra-se cada vez menos influenciada por sistemas de controle social, o que faz com que o poder

---

3 Para análise pormenorizada da gênese do Movimento dos Direitos Civis e a importância das igrejas negras nos estados segregados do Sul, ver: Aldon Morris, 1984.

das instituições seja menor no que se refere à formação de identidades coletivas. O autor sugere, então, a necessidade de caminhos de interpretação que levem em consideração as lutas por memória, criatividade, dignidade e subjetividade.

Uma possível saída para o embate teórico assinalado é diferenciar os tempos a que se referem às propostas interpretativas. Defende-se aqui que os tempos externos aos movimentos estão mais relacionados às oportunidades políticas e aos contextos socioeconômicos em que se formam e aos momentos em que se dão os conflitos, ao passo que a perspectiva que pauta a subjetividade está mais conectada aos tempos internos dos movimentos e à formação de *frames* comuns para a ação coletiva. Os tempos, claro, são sobrepostos e influenciam mutuamente na celeridade ou desaceleração desses processos, mas pensá-los separadamente se mostra como possibilidade interpretativa não excludente, ou seja, que considera que os movimentos podem ser pensados a partir das oportunidades e das subjetividades.

José Maurício Domingues (2003) talvez tenha sido o pensador brasileiro a trazer o debate acerca do tempo cotidiano e de sua relação com movimentos sociais no país. Utilizando propostas teóricas distintas daquelas que optamos neste artigo, Domingues (2003) propõe relacionar a noção de cotidiano à teoria dos movimentos sociais. Centrando-se principalmente em autores interacionistas para apresentar como a categoria “cotidiano” foi tratada pelas ciências sociais, aponta aos fenômenos que possibilitariam aos indivíduos desenvolver sua reflexividade, levando-os a questionarem o cotidiano e envolverem-se em ações coletivas, não necessariamente de forma disruptiva. Assim, “[...] dependendo do horizonte disponível aos indivíduos e subjetividades coletivas, um tipo de atividade pode ser privilegiado e não outro: um continuum em que tudo é vida cotidiana e, por outro lado, se conecta à reprodução ou à mudança histórica impõe-se” (DOMINGUES, 2003, p. p. 467).

O tempo, para Domingues, aparece como categoria-chave para a interpretação sociológica da vida cotidiana e de movimentos sociais. O autor propõe dois planos distintos para a interpretação de fenômenos relativos a movimentos sociais, que concorda serem portadores da mudança histórica:

[...] um, interno, que diz respeito aos processos autorreferidos do movimento, a suas articulações endógenas e, é claro, a seu enraizamento na vida dos indivíduos e grupos que o compõem; outro, externo, que aponta para os processos sociais mais amplos, para as perspectivas do impacto do movimento na formação social inclusiva. (DOMINGUES, 2003, p. 472).

A linha de Domingues dialoga com a proposta neste artigo, na medida em que percebe os movimentos sociais como emaranhados na vida cotidiana, e produzidos nela. O autor colocava como questão as transformações possíveis aos movimentos em decorrência do avanço da globalização, considerando fundamental a manutenção dos círculos locais inseridos na vida cotidiana para a continuidade e sobrevivência dos grupos.

No caso dos dois movimentos que serão privilegiados na análise a seguir, como apontado anteriormente, tal relação se torna também importante para compreender a relação complexa que se estabelece nos movimentos sociais brasileiros na luta por direitos que acontece de forma mais consolidada a partir da redemocratização do país. Assim, busca-se pensar como essa proposta pode ser colocada em prática, a partir da análise de dois movimentos sociais: o MTST e os MNU.

### **Tempos externos e internos aos movimentos em diálogo: os casos do MTST e dos Movimentos Negros**

Os anos que precederam e os imediatamente posteriores à redemocratização do Brasil foram cruciais aos movimentos sociais brasileiros. Na década de 1970, havia vários movimentos negros que se organizavam em distintas formas de associação, cuja lógica de ação de seus atores era referenciada não só por significações diversas acerca da identidade racial, resultado mesmo de suas trajetórias de vida, mas também pela melhor estratégia para a atuação na esfera pública. Os pioneiros do movimento, seus intelectuais, se organizavam ou em torno da questão sindical, ou de partidos políticos, ou, ainda, por manifestações culturais variadas em torno da música, da dança e do teatro. A maioria era de afrodescendentes que ocupavam postos de trabalho na estrutura do Estado, como nas profissões militares, ou, ainda, na burocracia do Estado, parte deles oriunda dos meios universitários com diploma de ensino superior, caminho possível de ser trilhado no sistema educacional público nas décadas de 1950 e 1960, quando ainda não havia

ocorrido o processo de deterioração do ensino público que aconteceu a partir da década de 1970.

Mas as questões do racismo e da discriminação eram sentidas por todos os grupos. Logo, há um consenso acerca da importância do momento, visto que foi realizado um ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em julho de 1978, para o lançamento de um manifesto – Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR) – que ficou depois conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU). Sua carta de princípios se concentrava na afirmação da identidade negra, na denúncia contra todas as formas de discriminação e marginalização dos negros e na denúncia do mito da democracia racial, dentre outras questões. Em que pese tensões entre os principais grupos sobre atuações futuras, o MNU passou a ser considerado o marco do consenso atingido entre os vários grupos existentes, um consenso que passava por três questões principais que iriam nortear sua ação no período de redemocratização na década seguinte: a) a denúncia do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, nas suas formas tanto de violência simbólica quanto material; b) o pedido de direitos sociais no tocante à saúde e à educação; c) valorização da cultura negra com a mudança curricular que registrasse a importância dos negros na historiografia brasileira<sup>4</sup>.

Os conceitos centrais das teorias dos movimentos sociais ajudam a compreender as especificidades do novo momento: ao denunciarem a democracia racial, construíram *frames* de ação coletiva que lograram traduzir as novas demandas e os sentimentos. Além disso, era preciso construir repertórios eficazes como pensado por Tarrow e Tilly (2007), que fossem linhas de ação significativas para a mudança de padrão cultural a ser demandada. O pano de fundo era o processo de *individuação*, como analisou Touraine (2009), a construção do *ator* para o surgimento do sujeito reflexivo, condição essencial para a identidade coletiva. Não era um processo fácil: afinal, os negros estavam questionando a ideia-forte construída, desde a década de 1930, de que não havia conflito racial no país. Denunciavam que a desigualdade social tinha cor, apesar do desenvolvimento econômico

---

4 Para um registro valioso sobre a criação do MNU e das associações dos militantes negros, ver o livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*, organizado por Verena Alberti e Amílcar Pereira.

alcançado desde a década de 1930, como mostrado de forma pioneira por Carlos Hasenbalg (1979).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, por sua vez, nasceu em Campinas, cidade localizada no interior de São Paulo, no início dos anos 1990, na esteira das transformações sociais possibilitadas pela Constituição Federal de 1988. O movimento apareceu como resposta ao intenso processo de urbanização levado a cabo no país entre os anos 1960 e 1970, quando o Brasil passou a ser majoritariamente urbano. O fenômeno de urbanização acelerada do país afetou principalmente grandes cidades, que passaram a receber um enorme contingente de indivíduos oriundos de diversas regiões, não sendo acompanhado por políticas públicas relativas à oferta de serviços básicos, dentre eles moradia. Somente na capital do Estado de São Paulo, a mancha urbana da região metropolitana cresceu 500 quilômetros quadrados durante a década de 1980 (KOVARICK, 2000, p. 26). A demanda por espaço gerou um aumento significativo no preço dos terrenos na cidade de São Paulo, por exemplo, já que, entre 1959 e 1990, o valor do metro quadrado aumentou em mais de 150%. Os integrantes do MTST, em seus diversos núcleos, são parte da população que passou a viver nas cidades e recorreu à autoconstrução como forma de integração ao espaço urbano. Não cabe aqui um traço detalhado do histórico de formação do movimento, mas apontar para características que dialogam com a proposta de recorrer à categoria tempo como fundamental na compreensão das mensagens que esse movimento nos traz como teórico social.

Segundo Ilse Scherer-Warren (2009), os sujeitos que se engajam no MTST são principalmente oriundos de territórios de exclusão, que se transformam em atores políticos à medida que se unem ao grupo. Os processos de formação do grupo e de união de novos integrantes são cotidianos e fundamentais para a definição dos marcos interpretativos internos ao movimento. Nesse sentido, as ocupações do MTST podem ser compreendidas como um espaço de construção do cotidiano necessário para que esses processos se desenvolvam, ressaltando a importância de analisar os tempos internos dos movimentos. O MTST é formado a partir da mesma lógica de ação do Movimento dos Sem Terra, em que o “[...] acampamento é o espaço onde as redes de solidariedade e de identidade simbólica e política

se desenvolvem” (SCHERER-WARREN, 2009, p. 109). Isso porque foi nos acampamentos do MST que a ação do MTST começou a ser trilhada.

Dessa forma, a partir de uma percepção interna de integrantes do movimento rural sobre a importância da ação urbana como estratégia para efetivação da Reforma Agrária, parte das pessoas integradas ao MST passaram a atuar mais diretamente nas ocupações urbanas em Campinas. E, no final dos anos 1990, uma grande Marcha foi realizada entre essa cidade e São Paulo, quando oficialmente houve a criação do MTST e de sua logo. O movimento se espalhou por outros Estados do país, mas foi na Grande São Paulo que se ergueu seu núcleo mais atuante.

Algumas características contribuíram para o ambiente em que o movimento se desenvolveu, favorecendo seu fortalecimento: oportunidade de espaços vazios, ampla tradição de luta sindical, diálogo com universidades e influência da igreja católica progressista, ademais do processo de redemocratização do país e do fortalecimento da sociedade civil, fundamentais. Essas características levaram o MTST a adotar uma estratégia ampla de atuação, onde a pauta de uma reforma urbana ampla sobrepôs a luta por moradia pura e simplesmente. Ademais, a herança do MST ensinou ao movimento urbano que as ocupações e ações coletivas em locais estratégicos tinham resultado positivo às suas demandas; assim, o MTST passou a ocupar importantes rodovias, “[...] para tornar visível o problema da moradia a partir da ameaça à circulação e à acumulação do capital” (SIMÕES, 2017, p. 27).

No caso dos Movimentos Negros, o que se viu, ao longo das duas décadas seguintes à Constituição democrática, foi a construção desse sujeito que começou a se fortalecer em redes (associações, coletivos, fóruns, núcleos de estudos nas universidades), em interações sustentáveis para grupos heterogêneos, que ajudaram na eleição de estratégias. Tal processo culminou com a demanda, na década de 2000 em diante, pela adoção de cotas e ação afirmativa nas universidades públicas (PAIVA, 2013a), além da demanda por uma lei que contemplasse a história dos afrodescendentes no Brasil no currículo escolar. O aspecto temporal, no seu tempo interno, assume grande importância, uma vez que as demandas vão se tornando

cada vez mais objetivas na medida em que os movimentos se organizam em pautas específicas.

A eleição da educação se tornou, portanto, o marco referencial não só para o pedido por maior acesso à educação, mas também em novas formas de ação coletiva, como a criação dos pré-vestibulares comunitários na década de 1990, que possibilitaram que jovens “negros e carentes” estivessem em condições mínimas de ter acesso à universidade pelo vestibular. De qualquer modo, a ação dos movimentos negros podia, a partir de então, ter como marco referencial as questões consensuais que foram colocadas a partir de 1978. Houve, sim, um campo de disputas; mas, pode-se dizer que a luta por oportunidades na educação e no mercado de trabalho, assim como a denúncia contra a discriminação e racismo, foram as lutas aglutinadoras para a ação coletiva que começou a se organizar naquele momento.

Ainda no tocante ao tempo interno, cabe destacar a emergência dos vários coletivos de mulheres negras a partir da década de 1980. Surgiram com o processo de construção de nova subjetividade – da mulher negra –, que não se reconhecia nem nos movimentos feministas, de mulheres brancas, nem nos movimentos negros compostos majoritariamente por homens. Assim, a mulher negra constrói nova subjetividade a partir de sua experiência e vivência nos movimentos negros, e se expressa nos vários coletivos de mulheres negras com muita preeminência na esfera pública, tais como o Geledés e o Fala Preta. Esses são alguns dos momentos mais marcantes para a mudança na lógica da ação social dos movimentos negros.

Quanto ao tempo externo, primeiramente é preciso destacar que o Movimento Negro Unificado se organizou em 1978, final de uma década que foi crucial para o fim da ditadura militar, com greves, Anistia, associações da sociedade civil, pastorais da Igreja Católica em geral. Também é importante destacar as novas relações entre setores do Estado e atores negros que atuavam nas estruturas que se democratizavam na década de 1980, a partir das eleições diretas para governador em território nacional e o novo legislativo eleito em 1986. Foram mudanças que trouxeram um Estado mais poroso a mudanças, e mais solidário em relação a lutas por justiça e reconhecimento de minorias. Legisladores que pensavam sobre a desigualdade racial no país foram eleitos e os movimentos sociais se fizeram

presentes na formação da Constituinte em 1986, cuja Carta de 1988 traduziu inúmeras das demandas da população negra, em particular, a criminalização do racismo e a legitimação das terras de quilombo.

No caso do MTST, o tempo externo ao movimento – relativo ao processo de urbanização do país – unido à experiência dos Sem Terra, foi crucial à sua própria fundação; afinal, os dois processos em conjunto criaram as oportunidades favoráveis à publicização das questões trazidas pelo grupo, ou seja, tanto a possibilidade de demandar direitos quanto o aprendizado interno foram cruciais. O movimento nasceu da demanda por moradia nas grandes cidades e se aproveitou das oportunidades políticas existentes para se consolidar como representante de uma ampla camada da população que chegava às cidades. O processo de transformação desses indivíduos carentes de moradia em sujeitos participantes do movimento só foi possível por conta da redemocratização do país, contribuindo à criação do que Evelina Dagnino (1994) chamou de “nova cidadania”, que remete à experiência concreta dos movimentos sociais e à luta por direitos, ao passo que os princípios legais da Carta de 88 apontam para a função social da terra e oferece os primeiros passos para o que se consolidaria em 2001, através do Estatuto da Cidade.

Durante os anos dos governos de Lula, o MTST esteve menos ativo como agente de conflito, estabelecendo demandas políticas e conquistando espaço institucional. O maior programa habitacional do país, Minha Casa Minha Vida, foi um exemplo desse diálogo ao incluir, dentre suas opções de atendimento, a versão denominada MCMV Entidades, destinada a subsidiar empreendimentos geridos por movimentos sociais. Nos anos pós 2013, o movimento passou a ganhar maior visibilidade como contestador, voltando a se mostrar como agente de conflito na esfera pública. Guilherme Boulos, um de seus principais porta-vozes, ao comentar a formação da Frente Povo sem Medo (FSPM), uma união do MTST com outros movimentos sociais de base, disse que o repertório de ação que se concentrava em buscar institucionalidade havia chegado ao seu limite, e que os movimentos tinham o desafio de “[...] reconstruir a política das

ruas, (...) mudar a relação de forças, criar condições para derrubar este sistema político”<sup>5</sup>.

A tática do movimento demonstra como o tempo interno pode também ser utilizado como categoria analítica: a dinâmica caótica e acelerada das periferias, unida à herança do MST, faz com que as ocupações sejam um importante local de criação de cotidiano, que torna possível manter a estrutura de organização e gera espaço para definir pautas e repertórios de ação. O estabelecimento dessas ocupações em locais de circulação também coloca em evidência o caráter anticapitalista do movimento, principalmente no que tange à acumulação de capital e às consequências disso aos mais pobres.

Scherer-Warren (2009, p. 116) aponta a essa característica, ao descrever o projeto do movimento como algo que não se limita à obtenção da moradia, mas que busca a efetivação da reforma urbana e da transformação social:

Efetua-se aí um processo de politização onde o sujeito passa a entender que, para além de conquistas materiais válidas, há a necessidade de redefinir a sua condição de cidadania (ou de completa falta anterior de sua realização) e de redefinição de seu espaço de moradia, anteriormente um conglomerado de exclusão e agora um território de cidadania em construção.

A autora chega a pincelar a importância do cotidiano nos movimentos sociais, o que está sendo ressaltado aqui como o tempo interno, ao afirmar que estão entre o passado e o futuro, propondo mudanças a partir da vontade de transformação da estrutura hegemônica de dominação do espaço (SCHERER-WARREN, 2009). Nesse sentido, pode-se considerar que a “pedagogia cívica” operada pelos movimentos corre nos dois tempos – interno e externo, sendo um processo que coloca em diálogo os aprendizados de manifestações e de cotidiano.

Breno Bringel (2006), ao analisar as relações entre o Movimento dos Sem Teto e as gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Brasil, propôs o termo “espacialidade de interações”<sup>6</sup> para apontar a importância do espaço nas formas de interação entre movimentos e governo. Segundo ele, o espaço

---

5 Em entrevista ao site Outras Palavras, em 2015. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/boulos-detalha-a-politica-das-ruas/>. Acesso em abril de 2023.

6 Em “espacialidad de las interaciones” no original, publicado em espanhol.

deve ser encarado como peça fundamental na dinâmica interacional, uma vez que se mostra fundamental tanto à construção de cotidiano dos movimentos quanto como local a ser ocupado em manifestações. No último caso, o espaço se mostra como peça-chave na interação com o Estado, especialmente quando o movimento ocupa os espaços de poder.

Tal caminho analítico dialoga com a proposta de Domingues (2003), de trazer o cotidiano como categoria fundamental à análise dos movimentos sociais. O tempo interno das três últimas décadas, no caso dos Movimentos Negros, pode ser classificado segundo o termo “liberação cognitiva” (MCADAM, 1992), ao passo que se organizaram em passeatas, manifestos e associações diversas num processo de “pedagogia cívica” (PAIVA, 2013b). Foi a consolidação do momento em que os negros viraram *sujeitos*, como esclarece Touraine (2009), a partir da construção de sua identidade racial, por meio do qual pensaram em repertórios, formação de espaços próprios em coletivos e núcleos, além de estratégias de atuação na luta contra o racismo. O tempo externo foi visto nas três esferas do Estado: no executivo, com análises sobre desigualdade racial, destacando os relatórios produzidos pelo IPEA, em 1999, ou nos dados do Censo de 2000, ou o reconhecimento da existência de racismo ainda no governo FHC em seminário de 1997; no legislativo, com a Lei Paim, de 1997, que tornou o crime de racismo inafiançável; e no judiciário, com as primeiras ações baseadas na Lei Paim em julgamentos sobre racismo no âmbito do Judiciário, em que pese a dificuldade dos operadores da justiça de reconhecer tal crime.

A partir de 2003, com o governo Lula, a questão racial ganhou estatuto próprio com a criação da Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) – que visava acelerar medidas para o enfrentamento da desigualdade racial. A aprovação da Lei nº 10.639, em 2003, no Legislativo, que instruíu a mudança no currículo escolar para a inclusão do estudo de História da África, foi um importante marco e pode ser considerada a expressão concreta dessa história de lutas. Como analisam Lavallo *et al.* (2019), os governos democráticos das duas últimas décadas permitiram novos “encaixes institucionais” quando o Estado se tornou mais poroso a demandas de atores sociais organizados, em novas configurações

que se constituem “domínios de agência” de forma horizontal e vertical, e conferem legitimidade a novas demandas. Mas foi particularmente com a chegada de Lula ao poder, em 2003, que essas demandas se cristalizaram em políticas específicas na área urbana, para mulheres, povos indígenas, juventude e população negra. São novos “repertórios de interação”, como traduzem Rebeca Abers, Liza Serafim e Luciana Tatagiba (2014), a presença de militantes em espaços participativos e na participação nos Conselhos.

Pode-se mesmo pensar que o debate sobre a ação afirmativa nas universidades, que ganhou força com as reuniões preparatórias para a Conferência Mundial sobre Racismo e Discriminação, organizada pelas Nações Unidas em Durban, África do Sul, em 2001, foi o momento em que os tempos internos e externos analisados aqui se imbricam. No tempo interno, houve o consenso dos vários movimentos negros para o pedido de ação afirmativa no ensino superior; no tempo externo, os espaços no Executivo e Legislativo para a promoção da discussão sobre o racismo no Brasil resultaram num tempo virtuoso para o pedido de novas políticas públicas, dentre estas, a ação afirmativa, enfatizada aqui. Segundo os registros coletados por Verena Alberti e Amílcar Pereira (2007), tanto os militantes quanto os órgãos do Estado confluíram para a ideia de ação afirmativa no ensino superior, em 2001, quando o Brasil se preparava para a conferência de Durban sobre o racismo.

Voltando à questão da ação afirmativa nas universidades, elas podem ser entendidas como o momento em que há o reconhecimento dessas agências na estrutura do Estado – por exemplo, com a criação do ProUni, em 2005, e do REUNI, em 2007, quando o Ministério da Educação pensou em políticas de inclusão no ensino superior. Atualizando para a década de 2010, pode-se destacar que a Lei de Cotas de 2012 para as universidades federais brasileiras, proposta pelo executivo, apenas referendaram o processo em curso nas universidades públicas do país<sup>7</sup>.

Esses são alguns exemplos que marcam a confluência de ações concretas do movimento negro. Como síntese desse processo entre a ação interna do

---

7 A década de 2000 pode ser considerada a década da ação afirmativa, quando as universidades públicas foram gradualmente adotando alguma forma de ação afirmativa a partir de seus Conselhos Universitários. Para o registro desse momento, ver: Paiva, 2013a.

movimento negro e sua ressonância nas estruturas do Estado, pode-se lembrar do julgamento realizado no STF, em 2012, a respeito da constitucionalidade da cota racial na Universidade de Brasília: as sentenças dos onze juízes que a julgaram refletiram a construção de novo *frame* construído ao longo da década de 2000, uma nova interpretação sobre as relações raciais no país: os juízes argumentaram sobre as desigualdades estruturais para a população afrodescendente, em favor da necessidade de se promover a diversidade nas relações sociais, e, portanto, a pertinência de se promoverem leis que proporcionassem maior equidade para os negros nos espaços públicos.

O julgamento do STF pode ser considerado um marco não só do reconhecimento jurídico das formas de desigualdade e discriminação raciais no STF, mas também como mudança significativa sobre a ideia da harmonia racial brasileira. Foi um processo longo desde o manifesto de 1978: nesse *continuum* de tempo, novas demandas foram elaboradas, como a ação afirmativa no ensino superior, que passou da demanda geral por mais educação da década de 1980 para demandas específicas mais de 20 anos depois. Foi a “produção social da identidade coletiva”, como definiria Melucci (2021), e o fator tempo tem grande relevância como chave interpretativa nesse processo de produção: subjetividades foram construídas, redes consolidadas e a nova interlocução com o Estado até 2016 significaram medidas efetivas para o enfrentamento das desigualdades raciais. Foi um processo de mão dupla, no qual atores lograram romper com a ideia-forte de que a desigualdade brasileira era apenas social e quando as estruturas democráticas do Estado foram capazes de acolher tais demandas.

## **Caminhos de análise e conclusões**

Como explorado ao longo do artigo, a questão do tempo parece fundamental à análise dos movimentos sociais. Propusemos categorias que remetem aos tempos internos e externos aos movimentos sociais para enfatizar os distintos processos que correm em tempo contínuo, mas que analiticamente podem ser diferenciados de modo a enfatizar aqueles acontecimentos mais relacionados às oportunidades políticas ou os que dizem respeito às distintas formas de criação de sociabilidades e cotidiano, fundamentais à definição dos quadros interpretativos utilizados pelos grupos. Resguardando a análise

feita, é possível afirmar que, em ambos os tempos, estão presentes processos de aprendizado, como analisado por Gohn (2012).

A partir da análise do MTST, por exemplo, verificou-se que a criação de um espaço específico de união (ocupações) em que o tempo é ditado pela organização do movimento possibilitou, ao grupo, manifestar suas demandas, afetando o tempo de produção do capitalismo, este visto como responsável pela criação das desigualdades sociais a que seus membros estão submetidos. O movimento pode ser analisado como teórico das transformações espaço-temporais urbanas no Brasil. Nesse sentido, analisar o tempo cotidiano do movimento e buscar entender como as subjetividades se formam nesse espaço parece ser fundamental.

Os desdobramentos atuais do movimento e as novas formas de ocupação merecem destaque nesse sentido. Exemplos disso são as organizações majoritariamente femininas que têm sobressaído no MTST: as *Manas da Lona Preta*, da Ocupação Povo Sem Medo, em São Bernardo do Campo, e a *Cozinha Comunitária* da Ocupação São Gonçalo Sem Medo. Ambas as frentes são formadas por mulheres que pautam suas subjetividades e determinam novas formas de organização das ocupações, centradas na aquisição de espaços para a constituição de autonomia feminina. São exemplos, ademais, da importância da criação de cotidiano interno aos movimentos, em que é possível a definição de subjetividades em comum, as quais se tornam coletivamente significativas a partir das oportunidades políticas que se mostram.

No caso do MNU, por exemplo, ressaltou-se a importância da construção de um marco interpretativo que fosse capaz de reunir várias tendências de ação coletiva dos movimentos negros na década de 1970. Assim, 1978 apresentou-se como um momento fundamental para que fosse possível a construção de um consenso em torno tanto da denúncia do mito da democracia racial, quanto da demanda pelo acesso à justiça e à educação. Esse tempo interno foi fundamental para a demanda junto à Constituinte na década de 1980 e para a luta por ação afirmativa nas universidades na década seguinte. Quanto ao tempo externo, a redemocratização do país trouxe oportunidades políticas a partir da década de 1990, momento em que o Estado começou a reconhecer a legitimidade de tais demandas e

foram formuladas leis de criminalização do racismo com o respaldo do poder Executivo, mais poroso às reivindicações sociais, em especial a partir da década de 2000.

A revisão da literatura apresentada procurou reunir os principais autores da teoria dos movimentos sociais, apontando para a dimensão da temporalidade nas diversas escolas interpretativas. Verificou-se que distintas temporalidades estão presentes em grande parte das propostas interpretativas tradicionais dos movimentos sociais, ainda que o tempo não seja utilizado como chave interpretativa. A apresentação da proposta de um campo de análise que toma as temporalidades dos movimentos sociais como chave interpretativa se mostrou fundamental. Entendendo os movimentos como “teóricos políticos”, mostrou-se que os tempos dos movimentos são dados essenciais resultantes da teoria que produzem.

## Referências

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ALBERTI, V.; PEREIRA, A. (org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- BRINGEL, B. El lugar también importa. Las diferentes relaciones Entre lula y el MST. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 9, número 9, pp. 27-48, 2006.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.103-115.
- DOMINGUES, J.M. Vida Cotidiana, História e Movimentos Sociais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003, pp. 461 a 490., 2003.
- GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action**. Boston: Beacon Press, 1989.
- HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- KOVARICK, L. Escritos urbanos. São Paulo, Editora 34, 2000.
- LAVALLE, A. et. al. *Movimentos sociais e institucionalização*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019.
- MCADAM, D. **Political Process and the Development of Black Insurgency**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

MCDONALD, K. Oneself as another: from social movement to experience movement. **Current Sociology**, v. 52, n. 4, p.575-593, 2004.

MELUCCI, A. **A invenção do presente** – Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORRIS, A. **The Origins of the Civil Rights Movement** – Black Communities Organizing for Change. New York: The Free Press, 1984.

PAIVA, A. **Ação afirmativa em questão** – Brasil, Estados Unidos, França e África do Sul. Rio de Janeiro: Pallas, 2013a.

PAIVA, A. Pedagogia Alternativa nos Movimentos Sociais. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, edição dupla, n. 12, p. 29-42, jan./dez. 2013b.

POLLETTA, F. “It was like a fever...”. Narrative and Identity in Social Protest. **Social Problems**, v. 45, n. 2, p. 137-159, 1998.

SCHERER-WARREN, I. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. **Interfaces**, v. 1, n. 1, p. 105-124, 2009.

SIMÕES, G. MTST. Anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil, São Paulo, Autonomia Literária, 2017.

SZWAKO, J; PERISSINOTTO, R. Movimentos Sociais Como Teóricos Políticos: Wolin, Ideias e Políticas Públicas. **Lua Nova**, São Paulo, v. 102, p. 231-263, 2017.

TARROW, S. **O Poder em Movimento** – Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TARROW, S.; TILLY, C. **Cotentious Politics**. London: Paradigm Publishers, 2007.

TOURAINÉ, A. **Pensar outramente o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Recebido: 15/08/2022

Aceito: 22/08/2022

Versão final: 22/08/2022

## Time in social movements

### **Abstract**

Over the years, the interpretive schools of social movements have created categories that have a fundamental key over time, but it is specifically underdeveloped. This article aims to explore how the category can be used in the analysis of social movements, based on a review of the bibliography and the connection of works already developed about two contemporary social movements – Movimento Negro Unificado and Movimento dos Trabalhadores sem Teto. The dimension of temporality appears in the various interpretive schools and is illuminated from the empirical cases analyzed.

**Keywords:** Social movements. Temporalities. Subjectivities. Opportunities. Theory.